

**República Democrática**



**de S. Tomé e Príncipe**

Assembleia Nacional

Direcção de Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação  
Departamento de Documentação e Informação Parlamentar

## **ESTATÍSTICA DA ACTIVIDADE PARLAMENTAR VII LEGISLATURA**



Publicação: DDIP – 2006

Índice	Pg.
Introdução -----	3

## CAPÍTULO I

### **Actividade Parlamentar**

1. Composição da Assembleia Nacional por Género -----	4
2. Organização e Actividade da Assembleia Nacional -----	5
Reunião Plenária, da Comissão Permanente, da Conferência de Líderes do Conselho de Administração -----	5
3. Actividades das Comissões Parlamentares -----	5
4. Reuniões das Comissões Especializadas Permanentes ao longo da VII Legislatura-----	6
5. Audiências do Presidente da Assembleia Nacional -----	7
6. Comissões Eventuais constituídas na VII Legislatura-----	7
6. Leis e Resoluções -----	8
6.1 Projectos e Propostas de Leis -----	8
7. Actividade de Orientação e Fiscalização Política -----	9
8. Petições -----	10
8.1 Petições entradas na VII Legislatura por Sessão Legislativa -----	10
9. Número de audições por Comissão-----	11

## CAPÍTULO II

### **Relações Internacionais**

1. Delegações Parlamentares da A.N -----	11
2. Participação da Assembleia Nacional em reuniões internacionais -----	12
3. Visitas de altas individualidades e delegações estrangeiras -----	15
Conclusão -----	16
Ficha técnica -----	17

## **Introdução**

No final de cada sessão legislativa será divulgada a estatística da actividade parlamentar. Este trabalho tem como principal objectivo divulgar as actividades da Assembleia Nacional junto dos eleitores, proporcionando informações, conhecimentos e consequentemente uma maior aproximação entre os eleitores e eleitos.

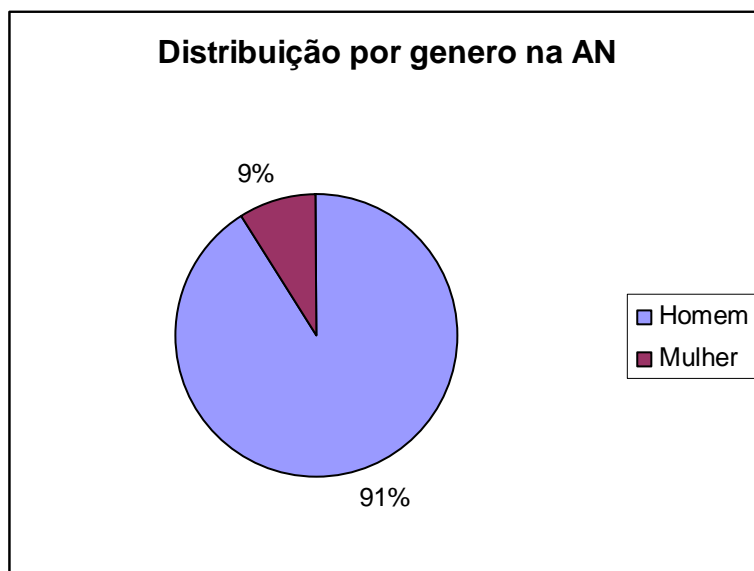
Para elaboração deste trabalho recorrer-se-á aos relatórios das Sessões Legislativas.

## CAPÍTULO I

### Estatística da Actividade Parlamentar VII Legislatura

#### 1. Composição da Assembleia Nacional por Género

Grupo parlamentar	Homem	Mulher	Total
MLSTP/PSD	22	2	24
MDFM-PCD	20	3	23
Independente	4	0	4
UÊ-Kedadji	4	0	4
Total	50	5	55



São Tomé e Príncipe é um país em que a igualdade de oportunidade de género está consagrado e garantido. Entretanto, existe um número ínfimo de presença feminina no parlamento São-tomense. O que contraria as indicações e recomendações internacionais que apontam para um número cada vez mais representativo de mulheres em diferentes organizações.

## 2. Organização e Actividade da Assembleia Nacional

### a. Reunião Plenária da Comissão Permanente, da Conferência de Líderes e do Conselho de Administração

Designação	1ª Sessão (Abril, 2002 a Agosto, 2002)	2ª Sessão (Outubro, 2002 a Fevereiro, 2003)	3ª Sessão (Abril, 2003 a Agosto, 2003)	4ª Sessão (Outubro, 2003 a Fevereiro, 2004)	5ª Sessão (Abril, 2004 a Agosto, 2004)	6ª Sessão (Outubro, 2004 a Fevereiro, 2005)	7ª Sessão (Abril, 2005 a Agosto, 2005)	8ª Sessão (Outubro, 2005 a Fevereiro, 2006)	Total
Plenária	8	17	10	9	10	12	10	8	84
Conferência de Líderes	Sem dados	10	11	9	7	7	11	6	61
Comissão Permanente	Sem dados	2	6	7	3	3	3	6	30
Conselho de Administração	7	26	6	4	7	7	8	6	71

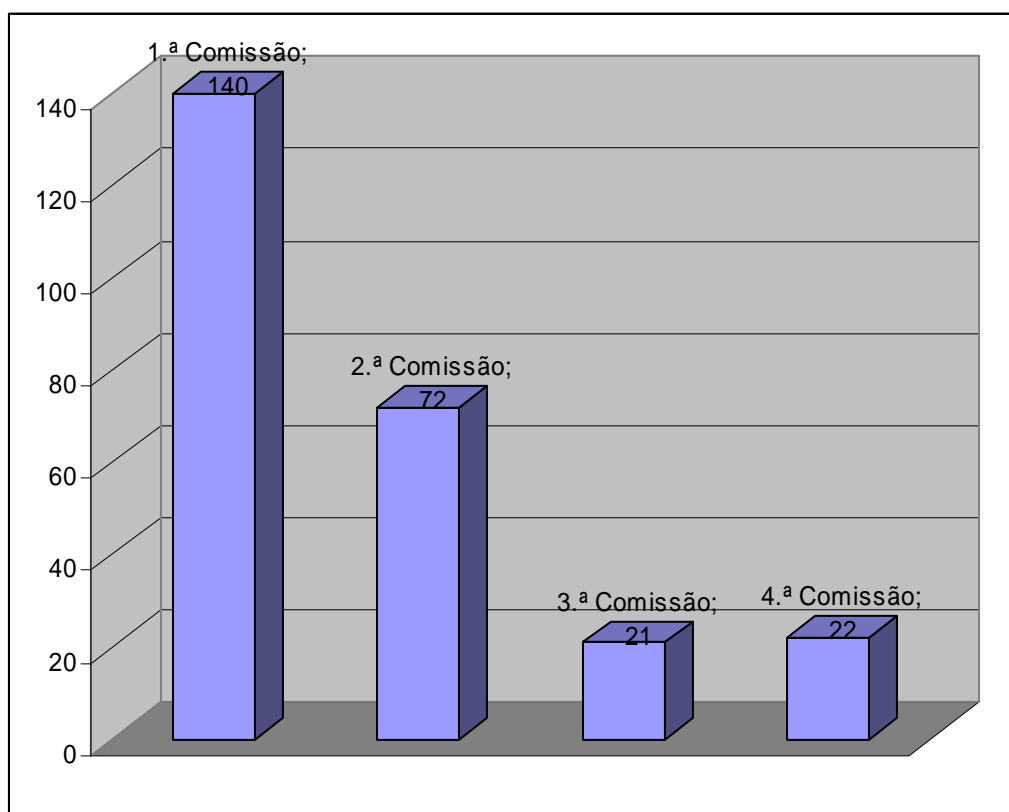
No que concerne a tabela acima, destaca-se a 2.ª Sessão Legislativa, em que se verificou um número mais elevado de reuniões da Plenária e do Conselho de Administração.

## 3. Actividades das Comissões Parlamentares

N.º de Comissão	Nome da Comissão	1 Sessão	2 Sessão	3 Sessão	4 Sessão	5 Sessão	6 Sessão	7 Sessão	8 Sessão	Total de Reuniões
1.ª	Comissão dos Assuntos Político-Jurídico e	4	8	6	12	28	29	32	21	140

	Institucionais									
2. <sup>a</sup>	Comissão de Assuntos Económico-financeiros, Infraestruturais e Ambientais	5	5	2	13	12	8	13	14	72
3. <sup>a</sup>	Comissão de Assuntos Sociais	1	1	5	1	4	3	2	4	21
4. <sup>a</sup>	Comissão dos Assuntos Petrolíferos							13	9	22

#### 4. Reuniões das Comissões Especializadas Permanentes ao longo da VII Legislatura



Das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, destaca-se a Comissão de Assuntos Políticos e Jurídico e Institucionais (1.<sup>a</sup> Comissão), onde se verificou maior volume de trabalho (140 reuniões) ao longo da VII Legislatura. Quase o

dobro de reuniões da Comissão de Assuntos Económico-financeiros, Infraestruturais e Ambientais (2.<sup>a</sup> Comissão) e seis vezes mais do que a Comissão de Assuntos Sociais (3.<sup>a</sup>).

É na Comissão dos Assuntos Sociais (3.<sup>a</sup> Comissão), portanto, área em que o país tem mais carência, nomeadamente no domínio da saúde, da educação e do emprego, onde se verifica o menor volume de actividade.

A Comissão dos Assuntos Petrolíferos (4.<sup>a</sup> Comissão), criada recentemente, ultrapassou a 3.<sup>a</sup> Comissão em número de reuniões.

#### **4. Audiências do PAN**

Audiência	1. <sup>a</sup> Sessão	2. <sup>a</sup> Sessão	3. <sup>a</sup> Sessão	4. <sup>a</sup> Sessão	5. <sup>a</sup> Sessão	6. <sup>a</sup> Sessão	7. <sup>a</sup> Sessão	8. <sup>a</sup> Sessão	Total
Nacional	28	18	8	13	13	6	9	17	112
Estrangeiro	1	11	9	28	17	27	21	16	130
Total	29	29	17	41	30	33	30	33	242

Durante a VII Legislatura o Presidente da Assembleia Nacional recebeu em audiência 242 entidades, sendo 112 nacionais e 130 estrangeiras.

#### **5. Comissões eventuais constituídas ao longo da 7.<sup>a</sup> legislatura**

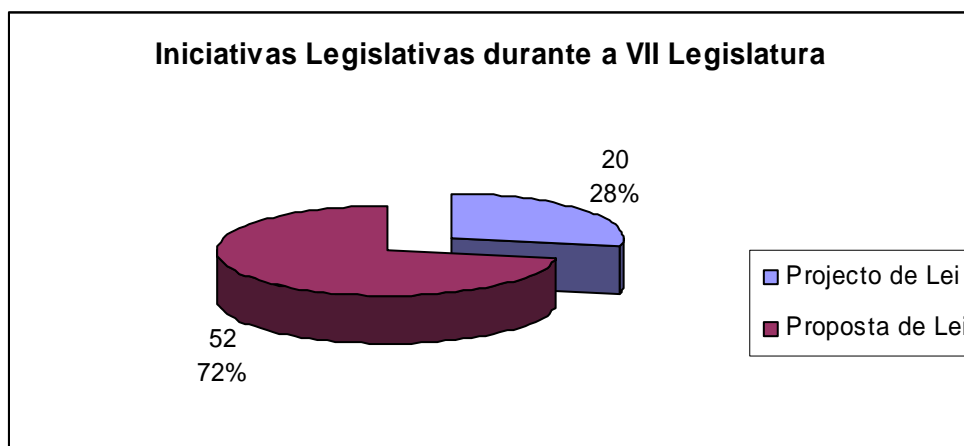
Até a 6.<sup>a</sup> sessão da VII Legislatura foram constituídas 7 Comissões Eventuais:

- Comissão Eventual de Inquérito (naufrágio do navio “Bambezelle”).
- Comissão Eventual de Inquérito (muro de vedação do Palácio do Povo”).
- Comissão Parlamentar de Inquérito.
- Comissão Eventual sobre a População e Desenvolvimento.
- Comissão Eventual sobre a Revisão Constitucional.
- Comissão Eventual para Elaboração do Projecto de Lei-quadro das Receitas Petrolíferas.
- Comissão Parlamentar de Inquérito relativo à 2.<sup>a</sup> licitação de Blocos Petrolíferos (STP/Nigéria).
- Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder ao levantamento exaustivo sobre a incompatibilidade de funções dos titulares de cargos públicos.

## 6. Leis e Resoluções

### 6.1 Projectos e Propostas de Leis

<b>Iniciativas</b>	<b>Autor</b>	<b>1.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>2.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>3.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>4.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>5.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>6.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>7.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>8.<sup>a</sup> Sessão</b>	<b>Total</b>
Projecto de lei	MLSTP/PSD									
	MDFM-PCD	2					1		1	4
	UÊ-Kedaji				1	1			1	3
	Grupos Parlamentares		1	4	1	2	1	1	3	13
<b>Total</b>		<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>20</b>
Proposta de lei	Governo	3	4	5	6	4	6	4	20	52
<b>Total de iniciativas</b>		<b>5</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>25</b>	<b>72</b>
Projecto de Resolução	Mesa da A.N.	7	7	8	7	9	2	11	17	68
	MDFM/PCD	1	2	1	1			1		6
	MLSTP/PSD									1
	Uê Kédadji									
	1 Comissão	1	1							2
	2 Comissão	1								1
	3 Comissão									
	4 Comissão									
	Conselho de Administração	1	1	1	2			1		6
	Grupo Parlamentar	10	7	15		1	14			37
<b>Total</b>		<b>21</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>130</b>
Proposta de Resolução	Governo	3	4	11	6	2	8	20	1	55



Uma das funções fundamentais da Assembleia Nacional é a de elaboração e apresentação das iniciativas legislativas. Porém, os dados estatísticos leva-nos a crer que essa função foi delegada ao governo.

O Governo apresentou ao longo desta legislatura 52 iniciativas, mais do que o dobro das apresentadas por todos os Grupos Parlamentares em conjunto, que apresentaram 20 iniciativas legislativas.

Dos Grupos Parlamentares, o que apresentou maior número de iniciativas foi o MDFM/PCD (4 iniciativas legislativas). O MLSTP/PSD o partido da maioria que sustentou o Governo não apresentou nenhuma iniciativa legislativa.

A fraca iniciativa legislativa apresentada pelos Grupos Parlamentares pode ser explicada pelo facto dos deputados, na sua maioria, terem outras funções profissionais, o que prejudica o exercício do seu mandato. Os Deputados não estão na Assembleia Nacional a tempo inteiro, para além do presidente e de um dos secretários da mesa, por um lado. Por outro, o salário não compatível com o estatuto do deputado leva os mesmos procurarem outras fontes de rendimentos e dediquem muito pouco tempo à actividade parlamentar.

## 7. Actividade de Orientação e Fiscalização Política

Actividade	1. <sup>a</sup> Sessão	2. <sup>a</sup> Sessão	3. <sup>a</sup> Sessão	4. <sup>a</sup> Sessão	5. <sup>a</sup> Sessão	6. <sup>a</sup> Sessão	7. <sup>a</sup> Sessão	8. <sup>a</sup> Sessão	Total
Interpelação ao Governo	0	0	1	0	0	0	1	1	3
Ratificações	2	5	9	10	2	8	1	19	56
Requerimento	0	0	0	0	0	17	6	1	24

A Actividade de Orientação e Fiscalização Política é com certeza uma das mais importantes, se não mesmo, a mais importante da actividade parlamentar, mas muito pouco ainda foi feito no sentido de dotar os parlamentares dos instrumentos e de condições necessárias para o exercício desta tão importante actividade. Apenas a partir da 3.<sup>a</sup> Sessão é que se regista alguma actividade Orientação e Fiscalização Política, nomeadamente através de requerimentos. A 6.<sup>a</sup> Sessão é onde se registou um maior número de requerimentos, 17 no total.

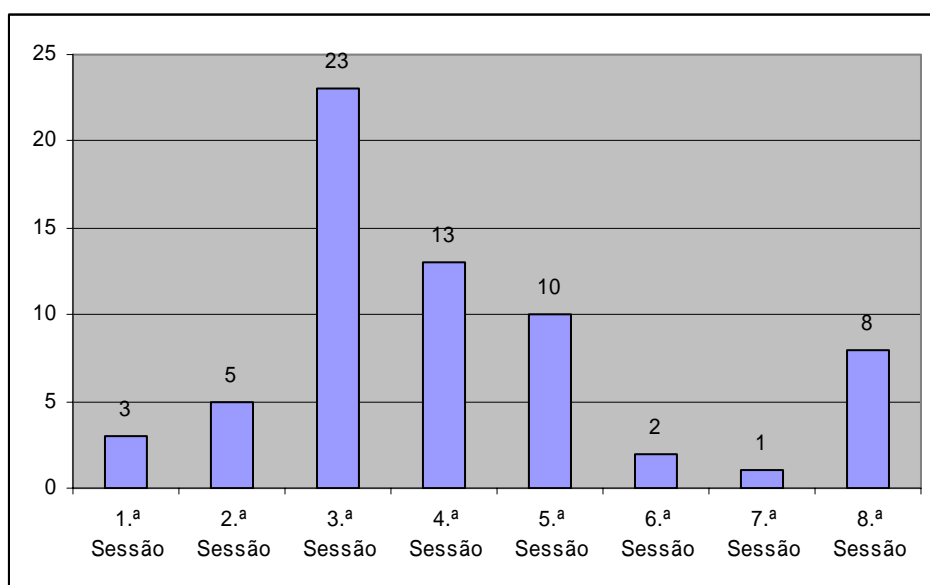
Por isso, urge melhorar a actividade parlamentar, reforçando a produção legislativa, a acção fiscalizadora da actividade governativa e o debate político.

## 8. Petições

### 8.1 Petições entradas na 7.<sup>a</sup> Legislatura por Sessão Legislativa

Sessão	1. <sup>a</sup> Sessão	2. <sup>a</sup> Sessão	3. <sup>a</sup> Sessão	4. <sup>a</sup> Sessão	5. <sup>a</sup> Sessão	6. <sup>a</sup> Sessão	7. <sup>a</sup> Sessão	8. <sup>a</sup> Sessão	Total
N.º	3	5	23	13	10	2	1	8	65

#### Petições por Sessão Legislativa, na VII Legislatura



A Constituição garante que todos os cidadãos têm direito de apresentar, individual ou colectivamente, aos órgãos do poder político ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas.

Na 3.<sup>a</sup> sessão legislativa houve o maior número de petições, mas o mesmo foi decrescendo nas restantes sessões legislativas, devido a pouca atenção dada às petições

por parte do Parlamento. Ao longo da VII Legislatura foram poucas as petições que tiveram o devido tratamento, esse facto em certa medida contribuiu para agigantar o descrédito que os cidadãos têm em relação ao nosso Parlamento.

## **9. Número de audições por Comissão**

N.º da comissão	Comissão	N.º de audição
1. <sup>a</sup>	<b>Comissão de Assuntos Políticos e Jurídico-institucionais.</b>	6
2. <sup>a</sup>	<b>Comissão de Assuntos Económico-financeiros, Infraestruturais e Ambientais</b>	5
3. <sup>a</sup>	<b>Comissão de Assuntos Sociais</b>	1
4. <sup>a</sup>	<b>Comissão dos Assuntos Petrolíferos</b>	5

A audição é dispositivo de controlo, fiscalização e de pedido de esclarecimento sobre a actividade do Governo, através da auscultação nas Comissões Especializadas Permanentes dos membros do governo.

A tabela acima mostra-nos que esse dispositivo não tem sido muito utilizado e que a 1.<sup>a</sup> Comissão é a que recorreu mais vezes a este instrumento de controlo da actividade do Governo bem como a 4.<sup>a</sup> Comissão que em pouco tempo da sua existência fez várias auscultações.

## **CAPÍTULO II Relações Internacionais**

### **1. Delegações Parlamentares da A.N.**

- União Inter-parlamentar.
- União Parlamentar Africana.
- Fórum dos Parlamentos da Língua Portuguesa.
- Grupo Parlamentar de Amizade entre São Tomé e Príncipe e Portugal.
- Associação dos Secretários Gerais dos Países da Língua Portuguesa.
- Associação dos Secretários Gerais da UIP.
- Fórum Para População e Desenvolvimento.

- Comissão Mista Permanente entre a Assembleia de São Tomé e Príncipe e República de Angola.

- Comissão Conjunta Permanente entre a Assembleia de São Tomé e Príncipe e República Federal da Nigéria.

## **2. Participação da Assembleia Nacional em reuniões internacionais:**

### **1.ª Sessão**

- Cimeira Mundial da Alimentação, Roma – Itália (10 a 13 de Junho de 2002)

- 4.ª Conferência sobre «Ecosistema de Florestas Densas e Húmidas da África Central – CEFDHAC», Kinshasa – Congo (10 à 13 de Junho de 2002)

- III Encontro dos Secretários-Gerais da CPLP, Praia – Cabo Verde (8 de Julho de 2002).

### **2.ª Sessão**

- Conferência extraordinária da UIP, Suíça (25 a 27 de Setembro de 2002).

- Conferência da Associação dos Secretários Gerais.

- Reunião do Fórum Parlamentar Africano de NEPAD, Cotonou (08 e 09 de Setembro de 2002).

- V Conferência Regional das Mulheres Africanas, Ministras e Parlamentares, Praia – Cabo Verde (15 a 18 de Outubro de 2002).

- II Reunião do Fórum dos Parlamentos da Língua Portuguesa, Praia - Cabo Verde (Novembro de 2002).

### **3.ª Sessão**

- Encontro dos Secretários Gerais dos PALOP em Lisboa, na Assembleia da República Portuguesa de 07 a 09 de Maio de 2003.

### **4.ª Sessão**

- China Taiwan, 17 a 28 de Outubro de 2003.

- República Federal de Nigéria, dias 16 e 19 de Dezembro de 2003.

- VII Sessão da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, realizada na Etiópia, de 16 a 19 de Fevereiro de 2004.

- República Popular de Angola, dias 23 e 27 de Fevereiro de 2004.
- Cerimónia de Instituição do Parlamento Panafricano, Addis Abeba – Etiópia De 18 a 20 de Março de 2004.

### **5ª Sessão**

- Portugal, 25 de Abril de 2004.
- Maputo, no V Encontro da Associação de Secretarias-gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, dias 25 e 27 de Maio.
- Reunião Parlamentar, da União Inter-parlamentar, por ocasião da XIª Conferência das Nações sobre o Comércio e Desenvolvimento, dias 11 e 12 de Junho.
- Nigéria, no dia 25 de Junho.
- Genebra-Suíça, na 111.ª Assembleia da União Inter-parlamentar. Entre os dias 28 de Setembro e 1 de Outubro.

### **6ª Sessão**

- XXVII Congresso da União Parlamentar Africana e na 45.ª Sessão do seu Comité Executivo em Argel.
- Seminário “ Diálogo Africano III” que teve lugar em Addis-Abeba, os dias 27 de Novembro a 1 de Dezembro de 2004, e os dias 6 e 8 de Dezembro de 2004.
- IV Conferência do Fórum dos Parlamentos da CPLP e na Assembleia Interparlamentar em Brasília, os dias 27 e 28 de Janeiro de 2005.
- Conferência sobre a Gestão de Informação dos Parlamentos em África, que teve lugar em Nairobi – Quénia Entre os dias 9 e 11 de Fevereiro de 2005.
- 112.ª Conferência da União Interparlamentar, em Manila – Filipinas, Entre os dias 3 e 8 de Abril de 2005.

### **7ª Sessão**

- XXVII Congresso da União Parlamentar Africana e na 45.ª Sessão do seu Comité Executivo em Argel entre os dias 27 de Novembro e 1 de Dezembro de 2004.
- Seminário “Diálogo Africano III”, em Addis-Abeba entre os dias 6 e 8 de Dezembro de 2004.
- IV Conferência do Fórum dos Parlamentos da CPLP e na Assembleia Interparlamentar em Brasília entre os dias 27 e 28 de Janeiro de 2005.

- Conferência sobre a Gestão de Informação dos Parlamentos em África em Nairobi, Quénia, entre os dias 9 e 11 de Fevereiro de 2005.

- Conferência da União Interparlamentar, em Manila, Filipinas, entre 3 e 8 de Abril de 2005.

### **8.ª Sessão**

- No dia 15 de Outubro, uma delegação da Assembleia Nacional, composta por S.Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional, Dionísio Tomé Dias, os Srs. Deputados Delfim Neves e Maria Fernanda Roncon, o Secretário-Geral da Assembleia Nacional, Francisco da Silva, e o Director de Gabinete do Presidente, Francisco Rosa do Nascimento, deslocou-se à Suíça, a fim de participar na 113.ª Conferência da União Interparlamentar.

- Entre os dias 17 e 28 de Outubro de 2005, uma delegação da Assembleia Nacional, composta pelos Srs. Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Financeiros, Hélio Lima, Coordenador do Departamento de Redacção, Apoio ao Plenário e às Comissões, Luciano Boa Morte, e as Revisoras Eurídice Andrade e Leonaide Frota, participou no II Curso de Formação Interparlamentar, na Assembleia da República Portuguesa.

- Entre os dias 21 e 25 de Novembro de 2005, os informáticos da Assembleia Nacional, José Luís Martinho de Jesus e Stoy Miller Moniz participaram no II Encontro dos Quadros de Informática dos Parlamentos da CPLP, que teve lugar em Brasília-Brasil.

- Dos dias 28 de Novembro a 1 de Dezembro de 2005, os membros da 4.ª Comissão Especializada Permanente, os Srs. Deputados Francisco e Silva, António Quintas, Jorge Amado, Basílio Diogo, José Cardoso Cassandra, José Luís d'Alva e João Paulo Cassandra, o Sr. Deputado Carlos Neves, efectuaram uma visita de trabalho a Noruega.

- Entre os dias 9 e 15 de Janeiro de 2006, os membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional efectuaram uma visita de estudo ao Parlamento Angolano.

- Entre os dias 20 e 24 de Fevereiro de 2006, em representação da Assembleia Nacional, o Sr. Deputado Basílio Diogo participou na 3.ª Reunião da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-EU, realizada em Bruxelas.

- Entre os dias 8 e 9 de Abril de 2006, uma delegação da Assembleia Nacional, composta por S.Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia Nacional, Dionísio Dias, e os Srs. Deputados Izidro Machado, Albertino Bragança e Alberto da Trindade Luís, participou no IV Fórum dos Parlamentos de Língua Oficial Portuguesa, decorrido em Luanda-Angola.

### **3. Visitas de altas individualidades e delegações estrangeiras.**

- Sessão de boas-vindas ao Presidente da República de Cabo-Verde, 12 de Maio de 2003.
- Visita oficial da delegação nigeriana à São Tomé, 31 de Maio a 2 de Junho de 2004.
- Visita oficial da delegação angolana à São Tomé, 16 a 18 de Junho de 2004.
- Visita oficial da delegação presidencial da Assembleia da Republica Portuguesa, 3 de Setembro de 2004.
- Missão de assistência técnica portuguesa na área dos arquivos correntes e intermédios à São Tomé, 18 a 22 de Outubro de 2004.
- Missão de assistência técnica portuguesa no âmbito da cooperação ligada ao projecto I e II à São Tomé, 24 de Novembro a 4 de Dezembro de 2004.
- Missão de assistência técnica portuguesa sobre audiovisual num Parlamento do século XXI à São Tome, 24 de Janeiro de 2005.
- Representantes da Assembleia da República de Portugal, os Srs. José Diogo e Maria Amélia Martins, respectivamente, Chefe da Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual e Assessora Principal dessa Divisão, no âmbito da Missão de Assistência Técnica sobre “O Audiovisual num Parlamento do Século XXI”, sobre o Projecto I do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-São-tomense.

## Conclusão

A Assembleia Nacional é o mais alto órgão representativo e legislativo do Estado, cabendo-lhe três competências essenciais, a saber:

- Actividade legislativa.
- O debate político.
- A fiscalização da actividade governativa e da Administração Pública.

Para o exercício pleno destas competências muito há ainda por fazer. Na verdade, com os Deputados que não estão a tempo inteiro no Parlamento, sem uma assessoria técnica especializada e diversificada, e não se podendo remunerar os quadros com quantitativos correspondentes ao custo de vida, não se vislumbram quaisquer hipóteses de realização plena dessas competências.

**Ficha Técnica:**

Direcção dos Serviços de Apoio Parlamentar e Documentação  
*Departamento de Documentação e Informação Parlamentar.*

DDIP – Junho de 2006